

ACTA
DA
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 19/10/2007

Iniciada às 15H00 e encerrada às 20H00

Aprovada em 05/11/2007 e publicitada a través do Edital n.º 274/2007

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: Carlos Manuel de Sousa Encarnação
Vice-Presidente: João José Nogueira Gomes Rebelo
Vereadores: Marcelo Nuno Gonçalves Pereira
Luís Nuno Ranito da Costa Providência
Mário Mendes Nunes
Horácio Augusto Pina Prata
Vitor Manuel Bento Baptista
Álvaro Santos Carvalho Seco
Jorge Filipe de Gouveia Monteiro



A reunião foi presidida pelo Dr. Carlos Manuel de Sousa Encarnação, Presidente da Câmara Municipal, e Secretariada por Gabriela Mendes, Assistente Administrativo Especialista, coadjuvada por Graça Costa, Assistente Administrativo Especialista.



Registaram-se as ausências dos Srs. Vereadores Luís Malheiro Vilar e Fernanda Maças, tendo o Executivo deliberado por unanimidade justificar as respectivas faltas.

ORDEM DO DIA

1. PDM – Plano Director Municipal

O Sr. **Vice-Presidente** disse que esta reunião extraordinária – conforme tinha ficado definido pela Câmara Municipal, de forma unânime – era parte do cumprimento do objectivo de que o desenvolvimento dos estudos do Plano Director Municipal e da sua revisão fossem feitos de forma partilhada, participada e dinâmica. O trabalho a apresentar é o desenvolvimento da proposta técnica feita pelos Serviços desde o início de 2007 e sobre a qual todos os membros do Executivo se devem debruçar, pois as decisões vinculam todo o Município, explicou.

Seguiu-se a apresentação audiovisual pela equipa responsável pelo PDM, tendo o **Sr. Vice -Presidente** sublinhado a profundidade do trabalho feito, com os vários serviços do Município e com as Juntas de Freguesia, em particular. Defendeu que este documento deve ser o reflexo do que já existe no território, das dinâmicas geradas, da necessidade de dar satisfação à componente técnica e normativa a que o Município está obrigado mas, essencialmente, um documento que reflecta e permita alcançar os objectivos que se pretendem para o desenvolvimento de Coimbra.

Esta apresentação resume o conjunto de documentos já distribuídos, em formato digital, que devem ser considerados anexos integrantes da presente acta e de acordo com o seguinte índice.

O **Sr. Vice-Presidente** lembrou a fase em que encontra o processo, salientando novamente que os documentos da Proposta Técnica estão entregues e chamando a atenção para os que não estão: o Relatório Ambiental (cuja legislação só saiu em Setembro de 2007) e o Relatório da Discussão Pública (a elaborar somente após a conclusão do período de discussão pública formal).

Na sequência das reuniões de concertação com as Juntas de Freguesia, foi ponderada e considerada a inclusão de alguns contributos, desde que justificados, e a correcção de perímetros urbanos tendo em conta a existência de dados que demonstrem a necessidade de novas habitações, ou ainda a identificação de oportunidades a não perder.

No que se refere às propostas dos Municípios, destacou o número de pedidos (estes basicamente pretendiam construir no seu terreno) mencionados e também os critérios adoptados nas respostas, sendo que esteve sempre presente a necessidade de limitar a construção fora dos perímetros.

A **Sr.ª Eng.ª Helena Terêncio** disse ser importante deixar claro que todo o processo de revisão do Plano Director Municipal, no que se refere a perímetros urbanos, esteve enquadrado, desde o início, na orientação da Lei de Bases do Ordenamento de Território, que determina que a alteração do uso do solo é de carácter excepcional pelo que todas as alterações propostas foram balizadas por um conjunto de pressupostos/critérios previamente definidos.

O **Sr. Vice-Presidente** disse que o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, em vigor, introduz alterações em várias áreas: sublinhando que o PDM é, essencialmente, um plano de estrutura, que define os elementos essenciais e estruturantes e orienta o que vai ser a ocupação do território, criando balizas para essa ocupação. O PDM não é um instrumento de gestão urbanística, mas sim um instrumento operativo. Recordou, por outro lado, que o essencial não é dizer que “se vão ou pretendem fazer coisas”, mas sim “quem o vai fazer e como é que se fazem”.

Deu o exemplo de Espanha, onde já não existe a figura de loteamento urbano, significando que as expansões urbanas são comandadas pelo Município, com a identificação de unidades operativas de planeamento e gestão, resultando daqui a concentração de esforços, quer do Município e das várias entidades (serviços públicos) responsáveis, quer dos privados, funcionando de forma articulada.

A **Sr.ª Eng.ª Helena Terêncio** disse que, no que se refere aos espaços canais, os corredores são reservados para as construções das infra-estruturas rodo-ferroviárias previstas para o Município. Alguns eixos viários ainda não estão definidos surgindo assim com duas ou mais opções de traçado. Quanto ao Ordenamento, foram feitos estudos no sentido de identificar o que melhor servia o Município de Coimbra, mas como não existe decisão superior (Administração Central) vão ter que se manter todas as possibilidades de espaços canais, podendo gerar alguma confusão. No entanto, conforme se forem definindo, também os ajustes se vão fazendo, eliminando-se o que já não interessa, explicou.

Uma outra novidade em relação ao PDM anterior, também em sequência da aplicação da Lei, é a identificação das áreas inundáveis em solo urbano, com particular atenção à edificação nestas áreas.

No que diz respeito à Planta de Condicionantes, é conhecida por todos e tem de fazer parte integrante do Plano Director Municipal como sejam, entre outros, a Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacionais, Património, Imóveis Classificados e em Classificação, Projecto Hidro-agrícola do Baixo Mondego, Áreas florestais etc. Entende que deve ser feita chamada de atenção no que diz respeito à área da Reserva Ecológica e Reserva Agrícola: a proposta de ordenamento deve estar consolidada e aprovada no Município para poderem ser feitas na Comissão de Acompanhamento as desafectações gerais em termos da RAN e da REN.

Assim, os elementos fundamentais do Plano são a Planta de Ordenamento, a Planta de Condicionantes e o Regulamento, sendo este último o instrumento que regula todos os usos propostos.

A Direcção Geral do Ordenamento do Território (DGOT) foi enviando orientações, nomeadamente no que toca ao Regulamento, para que os Planos fossem mais uniformes ao nível do País. O Regulamento apresenta algumas modificações relativamente ao do PDM em vigor. O Capítulo de Estacionamento não era autónomo no Plano e agora é (por ter sido considerado importante) e sofreu um desenvolvimento maior no que se refere a índices de estacionamento, o que por si só justifica ser tratado em capítulo autónomo.

Um outro capítulo autónomo diz respeito à rede rodoviária estruturante e aos respectivos espaços canais. Neste são definidos os perfis transversais mínimos para cada categoria de hierarquia de rede viária, sendo que no Plano anterior tal não existia, originando dúvidas aquando da execução do projecto.

O Capítulo das áreas para espaços verdes e de utilização colectiva – infra-estruturas e equipamentos, também surge de uma forma autónoma em relação ao anterior Plano. Agora este capítulo pretende mostrar as áreas de programação, sendo as cedências uma outra questão. Em primeiro lugar, é necessário saber o que se quer no que respeita a áreas verdes, equipamentos e infra-estruturas para cada urbanização, isto é, os parâmetros de dimensão/zonamento. Quando tudo estiver projectado respeitando esses parâmetros é que se define o que serão áreas de cedência para o Município estas também com parâmetros obrigatórios a cumprir nos loteamentos, afirmou.

A partir do capítulo Execução e Programação do Plano, também este mais desenvolvido e autónomo, os capítulos aparecem de uma forma mais autónoma e estruturada, apresentando-se de forma mais clara. São critérios equacionados os de equidade entre proprietários quando se faz urbanização, a aplicar em unidades de execução. As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão referem-se às áreas do Município que devem ser estudadas a uma escala mais detalhada. Também surge uma nova figura – Estrutura Ecológica Municipal, perfeitamente identificada e desenvolvida. A Sr.ª Eng.ª considera ainda importante a questão geral do ruído, que também não era mencionada no PDM anterior. Neste existe já um mapa de ruído, sendo este importante para as propostas de ordenamento, existindo assim um capítulo de classificação do solo urbano, para efeitos de aplicação do ruído.

As regras são muito específicas, no que se refere à edificação em parcelas agrícolas e florestais com uma área de 5.000 m². Não se propõe manter a restrição de construção em parcelas de área superior a 5000 m², mas sim o resguardo de uma faixa de protecção nunca inferior a 50m à volta do edificado, contributo dado através da legislação de protecção da floresta contra incêndios que tem de ser integrada no PDM. Surgem também as normas relativas à interdição da construção e edificação de habitação, comércio, indústria e serviços nas zonas florestais, classificadas no PDM como zona de médio ou alto risco de incêndio.

Uma outra grande mudança é, segundo a Sra. Eng.ª **Helena Terêncio**, a que se refere à impermeabilização dos solos, que só existia como parâmetro a cumprir nas zonas industriais: agora foi definida uma área máxima de impermeabilização para todas as situações de edificação.

Em termos muito gerais, a Sra. Eng.ª **Helena Terêncio** considera serem estas as grandes alterações da Planta de Ordenamento/Condicionantes e Regulamento, proposta esta que integra as alterações à que foi apresentada em Janeiro 2007, resultante do trabalho com os Serviços e Juntas de Freguesia. O Relatório e o Programa de Execução são dois elementos do Plano apresentados de novo. O Relatório é a memória descritiva de todo o Plano, abarcando assim todas as suas áreas.

O **Sr. Vice – Presidente** disse que o Quadro Estratégico é um assunto particularmente importante, quer como opção do Executivo, quer como opção política. Apresentou, nesta altura, um conjunto de acetatos conhecidos de alguns dos Srs. Vereadores (aqueles com quem já houve reuniões), relativos à área onde considera que se devem cimentar opções.

Sublinhou que todas as peças deste Quadro Estratégico se centram em 3 níveis:

- Sustentabilidade Urbano-territorial;
- Sustentabilidade Económico-social;
- Sustentabilidade e Desenvolvimento Ambiental, sendo que todas as opções estão balizadas deste modo.

Assim, e em resumo: há as três áreas e linhas de actuação estratégica e, para cada uma delas, destacam-se os aspectos que se querem valorizar ou sobre os quais se quer intervir (áreas de actuação estratégica).

Antes de passar à discussão, o Sr. Vice-Presidente deu uma breve explicação sobre os pontos que considerava de maior interesse e sobre os quais deveria haver algumas reflexões e clarificações, sendo que a informação essencial está no CD distribuído aos Srs. Vereadores.

Nem todos os projectos recebidos pelos diversos sectores foram considerados estruturantes, não tendo esse facto a ver com a importância do Projecto em si mas sim com o peso e contributo estratégico e/ou a escala do mesmo. Também alguns serviços não conseguiram apresentar as suas prioridades de forma ordenada e contabilizar (orçamentar) os projectos. A arrumação dos projectos nas referidas áreas não é, por vezes, evidente mas a integração tem de ser lógica num conjunto de programas (onde vão caber os projectos mais pequenos), tem de haver um número de projectos estruturantes à nossa escala, explicou.

Ilustrou, como subproduto da colaboração entre a equipa do PDM e outros serviços da Câmara Municipal de Coimbra, a identificação de valores patrimoniais (de edifícios e locais), no qual a equipa do PDM e o Departamento de Cultura estão a trabalhar em colaboração. Esse património está geo-referenciado, com ficha de identificação precisa e com fotografia para cada um.

O Sr. Vice-Presidente disse que o PDM é um documento que, apesar de não resolver todos os objectivos ou problemas, deve estabelecer a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento urbanístico e demais políticas urbanas, integrando e articulando as orientações estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial de âmbito Regional e Nacional e estabelecendo o modo de organização espacial do território municipal, sendo um instrumento de referência para a elaboração de outros Planos e para o estabelecimento de programas de acção de desenvolvimento das intervenções sectoriais da Administração do Estado no território do Município, bem como coordenação das respectivas estratégias de ordenamento territorial. O modelo tem por base a classificação do solo em rural e urbano, e a qualificação em categorias.

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** disse querer continuar a acreditar que esta discussão é útil. Assistiu com o máximo de resistência possível a esta explanação e lembrou que a revisão do PDM começou com um outro Executivo no ano de 1999. Nessa altura foram dados muitos contributos, em debates organizados quer por juntas de freguesia quer pela Coligação Democrática Unitária. A postura do Executivo de então foi a de considerar tais contributos como

“interferências colaterais”. Pergunta se essas sugestões foram agora “repscadas”. Posteriormente, com a mudança de Executivo e dos métodos, foram dados alguns contributos por si próprio e pelo Departamento de Habitação, não só em forma de texto mas também com outro tipo de contribuições. No entanto, tem decrescido o seu optimismo quanto à utilidade da participação. Não entende se há um esquema pré embutido em que os contributos “ou não têm escala, ou não são estruturantes, logo, muito facilmente não encaixam”. Verifica que, de reunião para reunião, de todos os contributos dados, com a entrega de projectos concretos, quantificados, não vê quase nada. Apenas a palavra “Social” colada a “Económico”, o Centro do Planalto do Ingote e mais nada. Disse que vai tentar verificar página a página mas queria perceber a utilidade de fazer propostas de política sectorial. No que diz respeito a cedências, desapareceu, mais uma vez, a possibilidade de cedência em habitações. Fala-se em rede viária, infra-estruturas, áreas verdes e equipamento – não se fala em Habitação, caiu na hipótese das cedências.

Tem tentado sensibilizar o Executivo para o facto de Coimbra ter um património habitacional que, depois de requalificado, poderá valer cerca de 60 milhões de euros, a valores actuais, e algum outro património em terrenos valiosos, em áreas centrais da cidade. A procura de habitação é de cerca de 100 habitações por ano. Disse haver um conjunto de propostas de intervenção a nível do problema social grave que é o valor das rendas e custo da habitação. Também tem propostas na área da disseminação da habitação social pela cidade, quer através das candidaturas a apoios governamentais, quer por cedência de habitações à Câmara por parte dos loteamentos de grandes dimensões. Desconhece as áreas de cedência ao Município que repetidamente tem solicitado ao Sr. Presidente. No ano de 2003 foi feita uma proposta para o Plano e Orçamento de um estudo com a Universidade de Aveiro de caracterização da situação de habitação em Coimbra, que pensa que hoje seria muito útil para a política sectorial da habitação. Pensa que, só porque não pertence à força política da maioria, por muitas propostas que apresente verifica que não encaixam nessa Grelha que está predefinida sem o seu conhecimento. Sente que é o momento de falar com clareza, pois “ou acredito que ainda vale a pena fazer propostas, ou não. E então que o digam também com clareza, porque não me faltam outras coisas para fazer”. Entende que a participação tem muito a ver com o acreditar nessa mesma participação, não só no seu caso mas no do conjunto de Técnicos que trabalha e apresenta as referidas propostas.

Entende que também deve chamar a atenção para o caso da habitação degradada mas de génese ilegal que, na cidade, são manchas cartográficas significativas: “sabemos onde estão e teremos de intervir, apesar de não serem Bairros Camarários. Refere-se aos Tovins, ao Olival de S. Domingos e Rego do Bonfim a grande parte da Quinta da Misericórdia, na Conchada, ao Bairro de Nossa Senhora de Fátima, na Pedrulha, ao Vale do Pinheiro, Mojaf e Bairro Azul, na Freguesia de Santa Clara, ao Bairro do Isaac, na Freguesia de Torre de Vilela. “São manchas de pobreza e deficientes condições de vida na nossa cidade, e nas quais temos de intervir, até politicamente”, defendeu.

Nesse sentido, questionou se este assunto encaixa neste conjunto de preocupações ou se, pelo contrário, “vão responder que fica para o Plano de Urbanização ou para o Plano Estratégico, que não faz sentido propor para o PDM”.

Integrado numa escala menor, mas que entende dever assinalar, está a inclusão como Objectivo/Programa – áreas de acolhimento para estadias temporárias de alguma população (designadamente cigana, mas não só). Este problema em torno das unidades hospitalares e estabelecimento prisional em relação a este último irá mudar, no que se refere aos hospitais já não será assim. Pensa que não é um problema menor, este que vai na próxima reunião para apreciação: uma importante parceria, porque a Associação Nacional de Municípios, o ISCTE e o Alto Comissariado para a Imigração reconheceram a qualidade de algumas políticas que vão sendo conduzidas em Coimbra, estando assim estas entidades disponíveis para tentar ganhar outros municípios para isso. Gostaria que o PDM pelo menos “olhasse” para o problema. O conjunto de famílias ciganas residentes em Coimbra é de cerca de 600 pessoas. Há freguesias de Coimbra com dimensões muito semelhantes. O conjunto de não residentes vem a Coimbra e não encontra resposta para as suas dificuldades. No que concerne o Plano Estratégico, tentou tratar estes problemas com políticas sectoriais mas chamando a atenção para as cidades do futuro, onde haja políticas de inclusão e de segurança, porque são importantes em muitas vertentes como o bem-estar dos moradores, o desenvolvimento económico e o Turismo, etc. Parece ser orgulho de todos o facto de Coimbra ser considerada uma cidade segura sendo assim um elemento que joga a favor da nossa cidade.

Concluiu, questionando: É, ou não, possível incluir este ponto na Sustentabilidade Económico – Social no PDM?

O Sr. **Vice-Presidente** disse que para clarificar estas questões é essencial atender à Escala e Objectivos do Plano. Não lhe parece possível, à escala 25.000 (escala do PDM), cartografar uma área de ocupação temporária para a população nómada. No entanto, já parece ser possível na Formulação de Políticas, bem como nas Acções a identificar.

“Pode a Câmara Municipal de Coimbra pôr no Regulamento do Plano a obrigação de cedências de terrenos para habitação?” – a informação que possui é que este tipo de coisas não pode ser incluído no Regulamento, porque as cedências estão balizadas nos termos legais, isto é, podem ser exigidas cedências para as necessidades do Município e que estão definidas na Lei – Estruturas, Espaços Verdes e Equipamentos. Logo, para habitação não. Poderá mesmo ser pedido à CCDRC parecer /esclarecimento sobre esta matéria. No entanto, já parece ser possível explorar situações de construção em centros, como no Centro Histórico, cujas situações têm tratamentos diferentes e que podem ser estudados e até consultadas situações de outros Municípios.

A política urbana, na aquisição de terrenos para construção, também pode seguir outros caminhos, desde que estudados. O Departamento de Habitação foi dos que mais contribuiu, e de forma mais completa, para este trabalho, frisou.

No que se refere às áreas de génese ilegal, já não é possível, pois já passou o prazo, mas pode-se verificar se nas unidades operativas de gestão há alguma que tenha características próximas e merecer tratamento específico.

A Sr.ª **Eng.ª Helena Terêncio** acrescentou que o contributo dado pelo Departamento de Habitação foi inclusivamente bastante completo, com os projectos a apresentarem custos, o que torna mais completa a sua integração no Plano, como é possível verificar no programa de execução (documentação do CD).

Nesta altura ausentou-se da reunião o Sr. Vereador Marcelo Nuno.

O Sr. **Vereador Álvaro Seco** disse estar convencido que a reunião começava pelo PNPOT e depois se seguiria a discussão do PDM. Da leitura feita, entendeu que seria PNPOT – PROT – Planos Inter Municipais – PDM, sendo que este último tem uma componente essencialmente estratégica. Surge, assim, a questão de saber se o PDM e o Plano Estratégico pedido para Coimbra não são, nesta altura, concorrentes, tornando-se assim em dois planos estratégicos. Na sequência do PDM, vêm os planos de urbanização e outros planos especiais, tornando-se evidente que o PNPOT foi elaborado por um gabinete de Lisboa, com conhecimentos da realidade nacional, e que o PDM será elaborado por uma equipa com conhecimento de Coimbra, com sensibilidade para os problemas da região. O mesmo já não lhe parece acontecer com a equipa que faz o Plano Estratégico para Coimbra, pois é uma equipa sediada e com uma cultura lisboeta.

Colocou, então, a seguinte questão: Será que este PDM sofreu ou sofrerá alguma transformação, na sequência da aplicação destes vários estudos? Em termos concretos, e relativamente ao que foi dito, a existência de nova habitação é uma questão importante e gostaria de saber qual é a variação para mais ou para menos de área a ser concedida para Habitação e se isso foi ponderado tendo em conta o esforço que está a ser feito na recuperação do Centro Histórico. Quis saber se há interesse em trazer população para o Centro Histórico e, por outro lado, se estamos a aumentar as áreas concedidas a habitação. Conforme foi dito, as áreas de habitação dentro da mancha florestal sofreram um acréscimo de 715 hectares – 8,2%. Será que essas áreas não criam condicionamentos grandes para poder ser respeitado o Plano de Defesa contra Incêndios e outros condicionamentos de distribuição eléctrica, hidrografia, rodo ferroviários, o traçado do TGV, etc.? Será que esta área não vai descentrar aquilo que o PNPOT diz – “obstaculizar a construção difusa” e será que não vamos favorecer o que tem sido habitual – construir ao longo das estradas e dos caminhos alargando o perímetro dos aglomerados urbanos e criando um conflito grave com o limite dos 50m, com grandes dificuldades em definir esse mesmo perímetro? Quanto à margem esquerda, questionou se o valor não será demasiado para a construção de uma cidade de qualidade.

“Uma cidade multi polar é importante e admitimos assim os vários tipos de organização urbana, mas já somos muito reactivos a uma Região Centro multi polar”, afirmou. Relativamente ao Gabinete da Protecção Civil, tem trocado impressões com o gabinete do PDM, havendo aspectos que entende deverem ser corrigidos, como é exemplo a localização da nova Penitenciária, para permitir o que é fundamental ao desenvolvimento da cidade.

O Sr. **Vice-Presidente** recordou que o PDM não se pode confundir com um Plano Estratégico: o PDM é sim um plano de estrutura que tem de estabelecer modelo de planeamento territorial. Não parece que o planeamento nacional tenha de seguir a sequência mencionada pelo Sr. Vereador Álvaro Seco, pois entende que além do PNPOT, os Municípios têm de ter as suas propostas, podendo e devendo discuti-las, podendo depois o Governo concordar ou não com elas. O trabalho tem que se desenvolver quer no plano nacional e regional quer no plano local, não podendo estes estar passivamente “subjugados” aos outros.

O Sr. **Vereador Álvaro Seco** entende ser uma pena que, “na elaboração do PROT, não possamos pôr o nosso empenhamento”, ao que o Sr. **Vice-Presidente** disse que o PROT actual está em elaboração e a Câmara de Coimbra está representada. “Temos posições críticas em alguns pontos, que têm vindo a ser apresentados. Recordou que o representante do Concelho da Região e dos municípios da NUT III é o representante da Câmara Municipal de Coimbra (ele próprio) e o Sr. Presidente é-o numa das Comissões, estando assim o município em poder de informações que podemos disponibilizar caso pretendam”, esclareceu. No entanto, cada Plano trabalha à sua escala, sendo muito importante que o Município saiba quais as opções que quer assumir.

O Sr. **Vereador Pina Prata** disse que gostaria de referenciar que, no geral, está de acordo com este Plano mas solicitou que fosse distribuído aos vereadores um documento, para análise, entregue por si há cerca de um ano. Assim, destacou alguns pontos desse documento:

- Desenvolvimento económico – questão transversal a todo este projecto do PDM que é uma linha de desenvolvimento e sustentabilidade urbana, que se torna importante caracterizar na perspectiva da envolvimento dos Centros Históricos, dos Centros Cívicos de Freguesias e outros grupos de freguesia que não estão estruturados em termos de análise.

Em termos do Desenvolvimento e Sustentabilidade Económica, entregou, como já referiu, um documento, e entende que no PDM falha uma vertente que era fundamental e tem a ver com o critério de dimensão e triângulo de Desenvolvimento, relacionado com a questão do Coimbra Inovação Parque (1ª e 2ª Fases). Um outro aspecto é a

Plataforma Intermodal Souselas/Botão/Pampilhosa /Mealhada, dando um coeficiente de maior dimensão, sendo que a proposta era neste sentido, houve cortes em relação a isto. Outra que parece ser uma versão minimalista e que tem de ter uma vertente Metropolitana e de intercepção com outros Municípios é a questão do Parque Ambiental e Empresarial da Lamarosa /Andorinha, com a ligação em termos de intervenção com Montemor-o-Velho e Cantanhede: está minimalista, residual, sendo o efeito de escala entre este triângulo, vértice de três actuações de desenvolvimento que parecem estar perdidas em relação à estratégia de dimensão e actuação a X anos. A vertente de desenvolvimento tem de ser perspectivada numa análise espacial de desenvolvimento, sensivelmente a 20 anos. Por outro lado, há um conjunto de situações que preocupam, na perspectiva de situações existentes, como o caso da expansão da zona de Taveiro, questão Trouxemil /Torre de Vilela (que, ao falar de Coimbra Norte, parece estar tratada); Assafarge /Cernache /Palheira; também a questão fundamental Antuzede / S. Silvestre/ Vil de Matos, e também S. Martinho de Árvore. Em relação à questão ambiental, na essência está o Centro de Desenvolvimento de Tecelagem de Almalaguês, o Centro Viveirista de Ceira, a Praia Fluvial de Torres do Mondego, o Projecto Turístico de Vale Ruivo, o Golfe de Vil de Matos, Parque Florestal / Eólico de S. Paulo Frades, Parque Agrícola Metropolitano, Paúl de Arzila, Aeródromo de Antanhol. Há ainda um vector, na perspectiva da sustentabilidade urbana, económica e social, que parece ser fundamental. Qual é, na verdade, a Política de Solos? O Sr. Vereador acha que se deveria reflectir mais, na vertente estratégica, uma linha fundamental de desenvolvimento e sustentabilidade na área da habitação; política de solos, nível de infra estruturação e apoio ao desenvolvimento. Entende que se deve trabalhar mais o documento em relação a estas matérias, pois não se trata só de qualificação: é necessária uma verdadeira política de solos, que verse não só a questão da habitação mas também a económica ou social. Também, relativamente à vertente de infra estruturação, com este indicador de desenvolvimento futuro, qual é o nível de infra estruturação que está estudado? É fundamental uma linha de análise, que parece faltar. Parece também importante versar o seguinte, do tempo de análise, e com o tempo que tem de ser rematado até Novembro, parece preocupante e com algum défice de participação e de ver o nível de investimento necessário para a qualificação do território. Parece-lhe importante perder um pouco mais de tempo com esta área: política de solos e infra estruturação. Qual é, na verdade, a 20 anos, a política que este Município vai ter para qualificar o território?, questionou, acrescentando que esta preocupação deve ser de todos.

Como último ponto, entende que se deve tentar “coser” estes dois documentos importantes: PDM e Plano Estratégico. A união dos dois documentos parece ser uma preocupação fundamental, mas uma união que os estructure numa valência, num nível de infra estruturação, relação público – privada, nível de compromisso para que esses investimentos possam ser programados e executados num tempo que esteja perspectivado no documento.

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** disse ao Sr. Presidente que era do seu conhecimento que havia acordo em geral em torno do objectivo de disseminação da população carenciada em torno do Município e cedência em espécie, em fogos, sendo sua expectativa que, relativamente a este assunto, estivesse a ser estudado o modo da sua aplicação, e daí ter salientado que não constava nos documentos referenciados, verificando estar-se na fase quase última do Plano e o Sr. Eng.º João Rebelo dizer que não tem enquadramento legal. Como é a primeira vez que ouve dizer isso, a sua expectativa era de que o assunto estivesse a ser estudado pois, em sede do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, há uma aproximação de quando não se verifica cedência em numerário.

Quanto às áreas de estadia temporária, ou são cartografadas ou nunca serão aplicadas, pois só o Município estará em condições de as localizar, elas não são normalmente desejadas pela população circundante. O que a experiência nos diz é que ou são cartografadas pelo Município ou de pouco serve estarem só no enunciado político. Entende que ou há força política para identificar o sítio e tranquilizar a população circundante, ou então ninguém vai querer, tornando-se um processo arrasador em relação ao objectivo que se pretende.

Um outro assunto, também referido pelo Sr. Vereador Pina Prata, é a política de solos. É importante perceber e cartografar onde é que se pretende adquirir ou manter solos para a construção de Habitação Social de Promoção Directa Municipal, para arrendamento a famílias carenciadas e outra forma será protocolar com as Cooperativas de Habitação que estão há cerca de 13 anos com protocolos com a Câmara Municipal de Coimbra para construção de habitações, cerca de 500 fogos.

É indispensável, para se enunciarem políticas sectoriais, saber que solos é que o Município pretende alocar a essa finalidade e onde, em seu entender, devem ser disseminadas as habitações, é em Souselas / Taveiro / S. Martinho, havendo outros centros urbanos estruturantes onde é importante construir, como Ceira, S. João do Campo, S. Silvestre, Cernache, isto é, os grandes pólos urbanos que ajudam a que não se desloque a população da sua área, para os concentrar em zonas periféricas da cidade. Mas para isso é necessário saber quais os terrenos que o Município já tem e quais aqueles que se propõe adquirir. Onde e qual o montante económico disponível para esse fim. Isto para ter no horizonte construir 600/700 fogos nos próximos dez anos.

Acrescentou uma sugestão na componente da sustentabilidade ambiental: pensa já ter feito esta referência mas, na incerteza, repetiu-a: a eficiência energética e a crescente utilização das energias renováveis. Considera que seria muito importante que o PDM desse esta nota, para além da água e da valorização paisagística.

O Sr. **Vereador Luís Providencia** entende que o PDM, nas áreas que mais directamente lhe dizem respeito, está equilibrado, estando assim em condições de completar as informações, sendo possível fazer chegar dados em falta em uma/ duas semanas, como por exemplo a quantificação dos projectos, Bencanta, as ciclovias (com a primeira fase

quantificada), a rede de polidesportivos. No que diz respeito aos espaços verdes, poderá haver um ou dois contributos mais. Também no que se refere a solos, para desporto, para se poder estabelecer as localizações. Quanto ao novo cemitério, está identificada essa necessidade, está incluída, sendo uma preocupação no sentido em que obriga a condições especiais, quer do tipo de solo, quer de dimensão.

O Sr. **Vereador Mário Nunes** referiu também a Carta Arqueológica e o inventário dos sítios, do património construído e equiparado. Em seu entender, a Carta Arqueológica é importante porque o Concelho é rico, dadas as várias influências dos povos que por Coimbra passaram ao longo dos tempos.

O Sr. **Vice – Presidente** deixou algumas notas conclusivas: “além das notas que a equipa tem estado a tirar”, pensa que devem ser limados alguns aspectos. Nas próximas semanas vai reservar uma/duas tardes para analisar documento a documento e confrontá-los com as sugestões/opiniões daqui levadas, para verificar o que pode e deve ser colocado.

Recapitulando, disse que o PDM não pode descer a determinados pormenores, pois esses pormenores são de uma outra escala – Plano de Urbanização/Plano de Pormenor ou do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, devendo haver coerência entre todos eles.

Em seu entender, deve haver uma política de solos clara, identificada e estimada a quantidade necessária para a sua gestão e intervenção. Isto sim, deve constar no PDM, a localização de todas as intervenções já parece ser complicado. O salto que o PDM deve dar é assumir que a Câmara deve ter o menos possível de decisões casuísticas e o mais possível de decisões integradas. Uma outra questão é garantir que o PDM não seja impeditivo de apoiar os projectos que são interessantes, tem de ter regras no Regulamento que o permitam e apoiem, mas salvaguardando o que é estrutural.

No que se refere à integração de instrumentos, todos eles são importantes e se completam, no entanto é difícil estabelecer uma hierarquia, terão sim de inter – agir, sendo que o comando não pode deixar de ser do Plano Director Municipal sobre os restantes, mas com compatibilização e articulações entre eles.

O Município de Coimbra deve apostar na qualidade de infra-estruturas e equipamentos, também é por aí que se fixa população, sendo também um factor diferenciador positivo. Insistiu no facto de serem muito importantes as propostas de política. Destacou a importância dos contributos dados, nesta fase, pelos Srs. Vereadores, de forma sucinta, no que se refere a objectivos de política, estáveis para os próximos 15 anos (não serão de curto prazo).

O Sr. **Presidente**, relativamente a este assunto, disse que vai aguardar pelo Regulamento para fazer intervenções mais fundas e mais inovações ao PDM, pensando mesmo fazer uma alteração com a maior latitude possível, assim seja permitido do ponto de vista jurídico, em relação à Lei vigente. No Regulamento do PDM pode haver intervenções significativas para melhorar a qualidade e os mecanismos de intervenção em relação à construção em Coimbra, considerando ser esta uma exigência fundamental.

Uma outra questão tem a ver com a apreciação que está a ser feita, que está ao nível do Planeamento, sendo positivo, deste ponto de vista, o controle do crescimento das áreas destinadas à construção. Tem de haver “muito equilíbrio, porque falar é simples mas pôr em prática no dia a dia, com as Freguesias etc., não é tão fácil como desejaríamos, pois todas querem ver aumentadas as áreas habitacionais e todas com boas razões para o fazer”, frisou. No que se refere a áreas verdes da cidade, é substancialmente generoso, pois não é só ter o espaço mas também a manutenção possível de todas essas áreas, de forma realista e responsável.

No ponto de vista infra estrutural, entende que é talvez necessário avançar um pouco mais na caracterização do que se quer, “sendo certo que algumas coisas ainda não podemos determinar em função das questões e das decisões que estão a ser tomadas a outros níveis e que condicionam as nossas intervenções”.

Quanto à reabilitação urbana, deverá haver uma actuação mais funda, porque as várias políticas de actuação são indissociáveis. Concorde que deve ficar uma nota responsável – para quê, com que finalidade e com que meios – em relação às necessidades do Município em termos de aquisições de terrenos – política de solos.

Assim, a disciplina dos novos Planos Directores Municipais tem de ter a exigência destes requisitos. O Plano Director Municipal é o resultado da reflexão de muitos anos, com as alterações que vai sendo possível fazer até uma determinada data, explicou. “A articulação entre estes vários Planos é importante, mas temos de arriscar, definir os nossos prazos e avançar com o Documento – PDM”, concluiu, deixando ainda uma palavra de agradecimento aos Técnicos da equipa do PDM, “pois fazer este documento é muito complexo”.

Finalmente, e antes de encerrar a discussão deste assunto, o Sr. **Presidente** disse que na próxima reunião do Executivo Municipal seria tomada a deliberação final sobre este tema, com base num documento que entretanto irá ser elaborado, sendo certo que a posição da Câmara Municipal é de concordância com as propostas ali apresentadas.

2. PNPOT – Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território

Relativamente a este assunto o Sr. **Presidente** apresentou o seguinte documento:

“1. O modelo de reestruturação de serviços públicos tem provocado uma concentração efectiva de poderes nos seus departamentos centrais. São menos institutos ou direcções gerais mas são, também, menos poderes distribuídos ao longo do território.

Concentra-se para tentar economizar, não se concentra para ganhar eficiência. As relações com os administrados e com os outros sectores do Estado tornam-se mais difíceis e sobretudo, mais morosas e mais complexas.

Este modelo provocará a contínua sobrecarga dos serviços centrais, a concentração da decisão, o crescimento da fuga para a capitalidade nacional.

O processo a seguir deverá ser, pelo contrário, a distribuição dos institutos públicos de Lisboa pelo território nacional e a perda da lógica da direcção geral para distribuir, desconcentrando, poder decisório, designadamente, repartindo-o pelas autarquias locais.

2. A Região Centro não se fortalece com a distribuição casuística dos órgãos decisórios da administração central, sem o conhecimento concreto dos critérios, da estrutura e articulação global a nível nacional.

Sempre que se acentua a absorção das franjas desta região para os pólos exteriores, casos de Aveiro e Leiria para Porto e Lisboa, está-se a destruir a única hipótese de coerência de uma Região Centro como pólo alternativo conjunto.

A continuar assim, será apagada a consciência, que se manifesta já do esquecimento da Região em capítulos fundamentais como o que resulta da fraquíssima taxa de execução do plano rodoviário ou de escassa ligação intra-regional.

O processo de desmembramento da Região transformá-la-á num segmento sem dimensão crítica nem características gregárias, sem força reivindicativa nem peso económico.

3. A centralidade de Coimbra corresponde a uma realidade geográfica indesmentível. Contribui para o equilíbrio nacional e regional, oferece a dimensão de uma cidade média europeia na qual se pode ancorar numa alternativa regional.

Sem a sua participação não é possível construir mecanismos de intervenção regional que provoquem o desenvolvimento e multipliquem recursos.

Em qualquer instrumento de planeamento regional devem ser reconhecidas a Coimbra funções especiais porque, sem elas, é a própria região a perder oportunidades.

As vocações assumidas por Coimbra no plano da saúde ou no plano tecnológico, no domínio do conhecimento em suma, porque resultam de um processo seguro e consubstanciado, não podem ser esquecidas como contributo fundamental.

4. Resulta de tudo quando fica expresso que Coimbra não pode ficar em silêncio quando tudo quanto vem sendo feito ou anunciado antecipa uma cidade esvaziada, uma Região debilitada numa partilha que enfraquece, um Estado Central tentacular e obstaculizador ao equilíbrio do território, uma voragem do investimento concentrado e tornado irrecusável nas duas maiores áreas metropolitanas, a ausência de investimento, oportunidades e emprego no resto do País.

Em consequência, a Câmara Municipal de Coimbra entende dever representar ao Governo a necessidade de, por exigências de interesse nacional, regional e local, serem esclarecidas as políticas desenvolvidas e devolver à Região Centro e à sua capital natural a capacidade de reafirmar a sua essencialidade.”

O Sr. Presidente disse, ainda, que esta sua reflexão teve por base as experiências que tem tido relativamente a esta reestruturação, que, em muitos casos, lhe tem provocado inúmeros problemas, sendo que a última delas tem a ver com o IGESPAR e a gestão das intervenções arqueológicas, obrigando a que, por diversas vezes, a Câmara Municipal tenha tido a necessidade de suspender obras, de alterar prazos e encarecer as intervenções, unicamente porque aquela entidade não tem capacidade de resposta. Esta situação já levou, inclusivamente, a que o Sr. Presidente tenha proposto ao IGESPAR a celebração de um protocolo de reconhecimento de competências, sob pena de todas as tarefas que têm a ver com a reabilitação urbana ficarem imenso tempo por resolver. E o mesmo se diga da antiga Direcção Geral do Património e de muitos outros Institutos com os quais se tem estado a tentar entrar em contacto sem sucesso. É, no seu entender, um problema muito sério, que se traduz num enfraquecimento da estrutura dos serviços públicos de Coimbra, que está a ser levado a cabo sem critério. Relembrou que uma das razões que originou que se concentrassem serviços em Coimbra foi a sua centralidade, assim, questionou qual o sentido de deslocalizar, por exemplo, uma Direcção Regional da Agricultura para Castelo Branco se o cidadão de Aveiro fica muito mais distante daquela cidade. Ora, como facilmente se compreende, nada disto faz sentido, afirmou. O que faria sentido, na sua opinião, seria possibilitar que as políticas de desconcentração se praticassem, isto é, que cada um dos níveis da Administração tivesse mais poder, sem que tivesse de ser tudo resolvido em Lisboa como agora acontece. Com esta política o que se está a fazer é transferir, novamente, a capacidade decisória para Lisboa, retirando-a dum nível mais próximo do administrado.

O Sr. **Vereador Álvaro Seco** apresentou um documento que reflecte as suas preocupações e sentimentos sobre esta matéria e que a seguir se transcreve:

“ **a) A nossa atitude perante este documento**

A tónica em Coimbra nos últimos tempos tem sido a de lançar sobre o Governo, sempre e em todas as circunstâncias, a responsabilidade de todos os nossos males. É certo que os há ma relativamente a muitos deles, era bom que fizéssemos um exame retrospectivo e assumíssemos a “nossa culpa”.

Esta atitude sistemática de desresponsabilização, permanente, pessimista, não é boa para Coimbra. Nenhum comandante quer ter uma tropa desmotivada.

Por isso, é importante reflectir.

1. Quem, como, eu já tem um percurso de vida algo longo, apercebe-se que, no contexto nacional, as comparações têm de ter em conta que, por vezes, não foi Coimbra que perdeu mas sim as outras cidades que se desenvolveram e subiram no ranking nacional. Se assim não se pensar é caso para perguntar onde está a intenção sempre enunciada por todos os partidos políticos de reduzir as assimetrias? Onde está a solidariedade nacional?

Coimbra em 2007 nada tem a ver com a Coimbra de 1974: nas acessibilidades e transportes; nos equipamentos da saúde, do ensino, do comércio, da cultura, do desporto, da hotelaria, etc.

É certo que as transformações políticas do pós 25 de Abril, a evolução tecnológica e os efeitos da globalização da economia, praticamente destruíram o nosso tecido industrial tradicional (têxteis, cerâmica, metalomecânica), mas o mesmo aconteceu em todo o espaço nacional.

Há contudo, casos de sucesso (Bluepharma, Critical Software, etc) que revelam ser possível competir se os empreendedores, a Universidade e a Câmara, souberem unir esforços.

Parece que, hoje, o diagnóstico recai apenas sobre a deslocalização, dos departamentos governamentais. E, do meu ponto de vista, depois de uma apreciação racional sobre o que sai, o que vem e o que fica, pode ser que se venha a dizer que “O Rei Vai Nu”.

Coimbra será sempre uma cidade importante pela sua localização estratégica reconhecida ao longo da história.

O ter um nó de comunicações importante, multimodal:

- Vias, ferrovia e metro
- Proximidade do porto da Figueira da Foz
- Proximidade da OTA, Sá Carneiro e Monte Real
- Dispor de um aeródromo (B. Barreto)
- A Proximidade (central) a outras cidades de média dimensão: Aveiro, Figueira da Foz, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Leiria.

Por se constituir como centro de uma área metropolitana com “cidades” de pequena dimensão: Mealhada, Cantanhede, Soure, Condeixa-a-Nova, Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Vila Nova de Poiares e Penacova.

Pela dimensão regional, quiçá nacional, em algumas valências da sua actividade:

- Na saúde com hospitais públicos de renome internacional, e clínicas privadas reconhecidas a nível nacional. Quem se lembra do velho Hospital da Universidade na alta da cidade?
- Na estrutura judicial, onde falta construir o novo Palácio da Justiça em Santa Clara.
- Na estrutura militar com o Comando da Brigada de Intervenção e o Hospital Militar R2 se a quisermos defender
- No comércio com os centros comerciais Dolce Vita, Fórum Coimbra, Baixa e outros;
- Do turismo, com o apoio de uma hotelaria de qualidade já hoje existente, um património histórico e paisagístico impar e zonas verdes associadas ao Rio Mondego logo que concluídas as obras do Polis.
- Pelo ensino, onde a sua Universidade continua a afirmar-se pela sua excelência no contexto nacional e onde outras escolas privadas também se afirmam.
- Pela cultura e suas figuras históricas, políticas, religiosas e de romance.
- Pela qualidade do parque escolar que melhorou substancialmente.

A fragilidade, por todos reconhecida, na indústria tem de ser ultrapassada. Mas, atenção, não acontecerá com declaração de intenções nem por no PNPOT constarem expressões, que até podiam constar, de “Coimbra cidade média europeia” cidade do conhecimento ou a classificação de excelência para a sua saúde. Não é também com acusações permanentes para o governo. Assumamos os nossos próprios erros, ultrapassem-se as nossas incapacidades.

Não há varinha mágica para conseguir um desenvolvimento industrial sustentado.

Sabemos que passa:

- Por haver empreendedores;
- Por haver Know how;
- Por haver uma Universidade voltada para fora. A tradição ao serviço do progresso.
- Uma Coimbra dinâmica e determinada. Criando espaços para a indústria, receptiva a propostas, célere na apreciação de propostas e projectos.
- Por um município muito sensível aos pequenos problemas de gestão do espaço público (arruamentos, passeios, limpeza, jardins, etc) criando qualidade de vida. Na resolução célere do processo de licenciamento...

Coimbra, quando comparada com outras cidades da região centro, tem dimensão, o que por si só é uma mais valia.

Coimbra tem história, tem uma cultura artística que a individualiza e distingue entre todas as outras cidades.

Preconizo uma atitude positiva, não permanentemente derrotista.

Uma cidade reivindicativa, sim, mas dialogante e desportiva. Ganhar e perder faz parte do jogo.

Por vezes somos demasiado egoístas. Quando por exemplo se perde para Cantanhede e/ou Figueira da Foz, por paradoxal que pareça, julgo que também ganhamos.

Revejo-me numa Coimbra que vai para além da Praça da República, da Baixa, da Margem Esquerda, e se projecta para além dos seus limites geográficos.

Para concluir:

Vejam os que se passa com os investimentos governamentais em Coimbra.
Investimentos mais relevantes nas últimas décadas.

1. Acessibilidades
 - Circular externa
 - Ponte Europa
 - Ponte Pedro e Inês
 - IC 3 da Boavista à Portela
 - IC 3 da Cruz de Morouços à Ponte Europa
 - IC 2
 - Ponte da Portela
 - A 14 (Figueira da Foz)
 - Via Rápida Taveiro/Arzila
2. Transportes
 - Metro do Mondego
 - Estudos e projectos
 - Demolições da Baixa
 - Custo total do projecto – 300 milhões de Euros
 - Frota dos SMTUC modernizada em qualidade e em serviços (paragens, informação, qualidade e limpeza, cadência).
3. Equipamentos de Saúde
 - IBILI
 - Renovação do Hospital dos Covões
 - Hospital pediátrico (em construção)
 - Centro de Apoios Continuados (antigo CTT)
 - Nova sede ARS
 - Requalificação do centro de Saúde de Celas
 - Iniciativa Privada
 - Centro cirúrgico de Taveiro
4. Equipamentos no ensino
 - Pólo II
 - Engenharias
 - Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física
 - Pólo I
 - Arquitectura
 - Pólo III
 - Medicina
 - Escola Vasco da Gama
 - Escola Bissaya Barreto
 - Escola ARCA
5. Equipamento Comercial
 - Dolce Vita (1º Prémio de arquitectura)
 - Fórum Coimbra
 - Retail Park Taveiro
 - Retail Park Eiras
6. Protecção Civil
 - Quartel dos Bombeiros Sapadores, seu equipamento e pessoal de qualidade
 - Novo quartel dos Bombeiros de Brasfemes
7. Ambiente
 - Polis (Parque Verde do Mondego)
 - Parque da Casa do Sal
 - Parque do Vale das Flores
8. Recuperação Patrimonial
 - Convento de Santa Clara-a-Velha
 - Museu Machado de Castro
 - Alta/Baixa
 - Constituição do SRU
 - Investimentos do PRAUD

Em falta para um horizonte temporal de 6 anos (2+4)

1. Acessibilidades
 - 1.1 - Metro (1ª e 2ª etapas)
 - 1.2 - Circular - ligação à Pedrulha/Cidreira (anel da Pedrulha)
 - 1.3 - Ligação Arzila/Montemor

1.4 - Penacova - Portela (IC3)

1.5 - IP3 - Coimbra - Viseu

1.6 - IC6 - Covilhã - Fundão

2. Transportes

2.1 - Estação Velha modernizada (TGV, Metro, Transportes Colectivos e Projecto Busquet)

2.2 - Estacionamentos

Pólo I

Pólo III

3 Protecção Civil

3.1 - aeródromo requalificado, assegurando a valência da Protecção Civil

4 Investimento na recuperação do Centro Histórico (Alta, Baixa, Sta. Clara e outros espaços nas freguesias rurais)

Precisamos de fazer o nosso trabalho

- Na definição de objectivos e prioridades

- No planeamento municipal (PMDFCI, PDM, Plano Estratégico e Plano de Urbanização), intermunicipal e regional (PROT)

- Na execução (organização e trabalho)

- Na programação e calendarização das acções temos de ganhar prestígio e capacidade de influenciar a nível nacional

Afirmando-nos como área metropolitana

Trabalhando, a par, com:

- a Universidade

- a CCDRC (execução do PROT, participado/mobilizador)

- as Associações de empresários (iniciativas)

- os Partidos políticos

- o Hospital da Universidade de Coimbra

Dispondo de uma Câmara Municipal

- Eficiente

- Amiga dos empresários e dos cidadãos

Considerando o Governo Civil (protecção civil, segurança) também como um aliado na defesa das nossas reivindicações

Enfim, parece-me evidente a necessidade de forjar uma nova atitude.

O PNPOT, que chega com décadas de atraso (a Suécia dispõe de um documento deste tipo desde 1960), é um documento importante, de âmbito nacional, com incidência no ordenamento do território, nos seus múltiplos aspectos: na análise da situação, com o levantamento dos problemas fundamentais; na criação de cenários; e na conceptualização de orientações de estratégia.

Como documento que é de âmbito nacional deve ser visto com largueza de espírito, cúpula do planeamento nacional, janela de oportunidade para planear a nível regional, intermunicipal e municipal, sendo importante referir que pela primeira vez temos um documento a incidir sobre os três sistemas do modelo territorial: riscos naturais e agro-florestais, urbano e acessibilidades.

É uma publicação oportuna na medida em que estão em elaboração instrumentos de política ambiental e económica de grande alcance (ENDS, PNACE, PNA, PRACE, PEN, PDR, PENT e QREN) e deve permitir potenciar sinergias entre eles.

É um documento que dá importância às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto mas também ao sistema urbano litoral do Centro (Leiria, Coimbra, Viseu e Aveiro).

No levantamento de problemas ressalta a suburbanização acelerada das estruturas de povoamento como é o caso dos concelhos de Lisboa e Porto mas também Coimbra, com elevadas perdas de população nos centros históricos, obrigando a elevados custos associados a acessibilidades e transportes, e colocando no topo das preocupações as políticas de reabilitação e de novas construções no interior das cidades, sem esquecer a requalificação das periferias.

Também a problemática das áreas rurais é encarada devendo ser obstaculizada a construção difusa dando prioridade à consolidação dos aglomerados e centros urbanos.

A prevenção dos riscos pela primeira vez começa a ser encarada com a apresentação de uma carta que elenca as principais perigosidades do país. Há omissões que terão de ser corrigidas no futuro. Por exemplo; riscos decorrentes das alterações climáticas e acidentes industriais graves.”

O Sr. **Vereador Álvaro Seco** fez, ainda, as seguintes reflexões, relativamente aos Planos Regionais de Ordenamento do Território:

“O significado e as potencialidades do PROT são ainda significativamente ampliados pela articulação com a revisão dos Planos Directores Municipais (PDM), processo que alarga rapidamente à medida que decorrem mais de 10 anos desde a entrada em vigor dos primeiros planos. Face a uma nova geração de Planos directores Municipais, que se pretendem mais estratégicos, os PROT devem fornecer um quadro de referência estratégica de longo prazo que permita

aos municípios estabelecerem as suas opções de desenvolvimento e definirem regras de gestão territorial compatíveis com o modelo consagrado para a região.

Os PROT, além de serem um pilar da política de desenvolvimento territorial, são ainda documentos fundamentais para a definição dos programas de acção das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais e de Coesão da União Europeia.

Face a este contexto, a existência de PROT em todas as regiões e sob coordenação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional é um requisito fundamental do processo de integração e coesão territorial.

Do que resulta a necessidade do empenhamento da Câmara no acompanhamento da sua elaboração.”

Para finalizar, o Sr. **Vereador Álvaro Seco** apontou, a este documento, as seguintes conclusões:

1- É de saudar a entrada em vigor deste Plano. É preciso encará-lo de forma positiva.

2- O diagnóstico e modelo de planeamento que nos é proposto tem de merecer o nosso apoio e obrigar à nossa participação:

- nas contribuições que temos de dar para a elaboração do PROT que, como se diz “cabe ao PROT uma posição de charneira fundamental”;

- com a elaboração de planos intermunicipais;

- com a elaboração do PDM com uma vocação mais estratégica, como é referido no PNPOT;

- pela execução de mais planos de urbanização e de pormenor em áreas de interface e de periferia.

3- A elaboração e execução dos diversos instrumentos sectoriais complementares ao PNPOT (ENDS - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, PNACE - Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, PNA – Plano Nacional da Água, PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, PEN – Plano Estratégico Nacional, PNDR – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, PNAC - Plano Nacional de Alterações Climáticas, PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo e QREN – Quadro Referencia Estratégia Nacional) devem merecer a nossa atenção e acompanhamento permanente e será neste âmbito que o município deverá incidir as suas pretensões e objectivos indo de acordo a estratégias delineadas nestes documentos e sempre com o objectivo de potenciar o território de Coimbra nas suas mais variadas componentes.

A título de exemplo, assinala-se que há projectos em curso, com incidência no território Municipal, como por exemplo o atravessamento do Município pela linha de Alta Velocidade, e que deverão merecer o nosso acompanhamento permanente.

Nesta altura ausentou-se o Sr. Vereador Pina Prata.

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** disse ter entendido esta reunião como uma forma de sublinhar as preocupações da Câmara Municipal de Coimbra relativamente àquilo que considera serem sinais preocupantes de desvalorização do papel da cidade e da Região e não tanto como a manifestação e apresentação de um Programa da Região, nos moldes da intervenção do Sr. Vereador Álvaro Seco. Disse rever-se na íntegra no texto apresentado pelo Sr. Presidente, com apenas duas notas a realçar, sendo que uma delas é a falta de coerência das medidas apresentadas pelo Governo. É, de facto, com alguma consternação que verifica que numa época em que se faz o elogio dos planos e do estudos, numa matéria como esta, em que está em causa o encerramento ou a deslocalização de serviços da Administração Central, não existe nenhum plano ou, pelo menos, ninguém o conhece. Considera que isto não é legítimo e que o Governo tem a obrigação de dizer ao País qual a estratégia para a concentração e transferências de serviços da Administração Central, para que as pessoas possam perceber o que se está a passar. Acentua, portanto, esta realidade em que nada chega ao conhecimento da opinião pública e dos autarcas. O outro aspecto que pretende acentuar diz respeito à incoerência desta actuação com o propósito de relançar a regionalização. Isto é, se o que se pretende é que esta zona venha a ser, num futuro próximo, a Região Centro, tudo se torna ainda mais incoerente.

O Sr. **Vereador Luís Providência** disse que concorda com as preocupações manifestadas quer pelo Sr. Presidente, quer pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro. No que diz respeito à intervenção do Sr. Vereador Álvaro Seco, apesar de concordar com o início da mesma, onde se reconhece que Coimbra cresceu e foi objecto de um excelente desenvolvimento nos últimos seis anos, entende que a parte final foi menos feliz, uma vez que não poderemos ficar parados perante decisões que prejudicam não só a Região mas o todo Nacional. Corrobora a opinião expressa pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro, de que tudo isto está a ser levado a cabo sem qualquer tipo de critério que permita perceber quais as opções do Governo. Assim, como não se vêem medidas destas aplicadas, com ou sem critério, a Évora, Faro ou Porto, parece uma situação exclusiva de Coimbra, que contraria qualquer pretensa justificação de Coimbra vir a ficar com qualquer tipo de privilégio que lhe permita assumir a capitalidade aquando do processo de regionalização. No seu entender, não se esvazia aquilo que se pretende que venha a ser a capital. Assumindo, e para usar uma linguagem desportiva, que faz parte do jogo ganhar e perder, entende que hoje todos terão de assumir, de modo a defender a cidade, que o árbitro apita sempre contra, pelo que terá de se dizer “Basta.”

O Sr. **Vice-Presidente** chamou a atenção ao Sr. Vereador Álvaro Seco para o facto de ter referido obras realizadas há muitos anos, como é o caso da via rápida Coimbra/Taveiro, que têm 16/17 anos. Mas, e porque entende que o verdadeiro problema com que Coimbra se debate não passa por estas questões, realçou alguns aspectos que, efectivamente, são importantes. Assim, começou por lembrar que a Câmara Municipal de Coimbra aprovou, por unanimidade, um parecer sobre medidas que considerava fundamentais para a cidade e, como tal, deveriam estar inscritas no PNPT.

Não houve, por parte do Poder Central, qualquer tipo de respostas às pretensões manifestadas e nenhuma das propostas foi considerada. Perguntou, então, se o Executivo se deve sentir satisfeito com esta situação. Parece-lhe evidente que não.

Uma outra nota que entende importante reter é que, de todas as capitais de distrito da Região Centro, a que teve menos investimento em termos de obras de acessibilidade foi precisamente Coimbra.

E que fique bem claro que esta realidade não envolve apenas o Governo A ou B, as intervenções e observações que tem feito nesta matéria não têm qualquer cariz político/partidário mas apenas traduzem preocupações ao constatar que se tem verificado uma desvalorização de Coimbra.

Em terceiro lugar, o Sr. Vice-Presidente diz que é efectivamente importante para Coimbra o reconhecimento da cidade em termos nacionais nas áreas do conhecimento e da saúde. Ora, esta mesma pretensão foi aprovada nesta Câmara Municipal por unanimidade e, mais uma vez, não mereceu qualquer acolhimento por parte do Governo. Por outro lado, não pode deixar de verificar que o Governo aprovou recentemente os denominados PIN, isto é, Programas de Interesse Nacional, e o curioso é que até agora nenhum deles veio para o concelho de Coimbra. Assim, e por esta razão, temos todos de ter consciência que neste momento, e precisamente por causa dos PIN, Aveiro está a contratar 300 novos engenheiros informáticos, uma parte significativa dos quais se estão a deslocar de Coimbra para Aveiro, em virtude de aqui não conseguirem emprego. Temos consciência que os PIN estão a ser aprovados para todo o lado menos para Coimbra e que nem para a área da saúde foi considerado nenhum PIN.

Considera que a questão essencial se resume, basicamente, ao facto de existirem 2 modelos base de desenvolvimento do País, sendo que um preconiza que o país se deve resumir a duas áreas metropolitanas, articulando-se o resto do território em consonância com elas, enquanto que o outro defende que o País não deve crescer em mera mancha de óleo à volta de duas áreas metropolitanas principais mas sim ao nível das regiões, dos municípios e de uma articulação regional. Evidentemente que considera que nenhum dos presentes concorda com o rumo que se tem vindo a tomar e que é da máxima importância que esta Câmara Municipal assuma que o modelo de desenvolvimento que preconiza para o País centra-se na criação e desenvolvimento das Regiões, que se traduza em capacidade de distribuir riqueza de forma equitativa e articulada.

Julga que ninguém pode ficar indiferente quando se verifica que o governo se propõe desvalorizar a linha da Beira Alta. Actualmente, Coimbra é um ponto central na articulação dos sistemas de mobilidade, mas deixará de ser se for levada a cabo a proposta agora em discussão de passar a linha para Aveiro-Salamanca. E, como já atrás referiu, esta questão não tem a ver apenas com este Governo, mas é transversal a vários Governos.

Finalmente, disse que está apenas a tentar alertar para aquilo que considera que começam a ser sinais por demais evidentes de práticas profundamente preocupantes e que considera essencial sublinhar a necessidade de que o modelo de desenvolvimento que melhor serve o País e a Região terá de assentar na valorização e articulação das políticas regionais e locais e não “no deixar correr” o crescimento em mancha de óleo a partir das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

O Sr. **Vereador Victor Baptista** mostrou o seu desagrado pela forma como esta reunião estava a decorrer. Na verdade, estava convencido que esta reunião tinha sido marcada com o objectivo de se discutir o PNPT e aquilo que está a verificar é que o Sr. Presidente marcou esta reunião com o único objectivo de apresentar e submeter a votação uma Declaração Política, elaborada com base num PRACE que ainda não foi aprovado e do qual ainda muito pouco se conhece. Por outro lado, não pode deixar passar o facto do Sr. Presidente se referir a um eventual desmembramento da região, como se Coimbra – concelho fosse a própria Região. O Sr. Vereador disse não ter nenhuma dúvida que esta matéria está a ser politicamente aproveitada pela Câmara Municipal de Coimbra, que faz passar a imagem para a opinião pública de que este Governo maltrata Coimbra. E, referiu, faz passar essa mensagem através dos órgãos de comunicação regional, que estão, na sua totalidade, ao serviço da Autarquia, graças à publicidade paga com dinheiros públicos. Considera que o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra tem de ser dialogante com o Governo, seja ele qual for. E, infelizmente, aquilo a que se assiste é ao Presidente da Câmara Municipal de Coimbra permanentemente, em todas as reuniões do Executivo, a confrontar e a acusar o Governo, quando, em boa verdade, os únicos investimentos visíveis e dignos desse nome são, exactamente, desse mesmo Governo. Assim, lembrou que, recentemente, foi anunciada uma obra no IC2; que, ontem mesmo, foi assinado o financiamento para um projecto do Coimbra Inovação Parque; que o Hospital Pediátrico está finalmente em curso, e isto só para dar alguns exemplos, pois não pretende ser exaustivo. Disse, ainda, que o que verdadeiramente o indigna enquanto Vereador desta Câmara Municipal é o Sr. Presidente marcar uma reunião unicamente com o intuito de aprovar uma declaração política sem demonstrar o mínimo de respeito pelos Vereadores do Partido Socialista. Entende que para votações desta natureza o Sr. Presidente terá outros momentos no decorrer das reuniões ordinárias, designadamente no período antes da ordem do dia, onde poderá colocar esta proposta à votação e mostrar o seu descontentamento. Além disso, considera

absolutamente despropositada a acusação do Sr. Vice-Presidente de que não foi aprovado pelo Governo nenhum PIN para Coimbra. Ora, ou o Sr. Vice-Presidente não sabe o que é um PIN ou quis, propositadamente, ser menos verdadeiro. É que, na verdade, desde que é Vereador nesta Câmara Municipal nunca foi chamado a pronunciar-se sobre um eventual Projecto de Interesse Nacional, com investidores a pretenderem lançar esses projectos em Coimbra, frisou. Que tenha conhecimento, nunca nenhum investidor se dirigiu à Câmara Municipal para pedir apoio ou para se candidatar a um projecto dessa dimensão. E tal facto deve-se, a seu ver, à falta de iniciativa da Câmara Municipal porque, convém ficar claro, não é o Governo que indica aos investidores onde eles se devem dirigir, são as Autarquias Locais que têm de fazer esforços para os conseguir captar. Assim, pensa que ao fim de seis anos nada mais existe a não ser estudos e intenções. Não existe investimento estruturante e os únicos que foram concluídos transitaram de mandatos anteriores. Esta é, infelizmente, a realidade e a verdade nua e crua. Assim, concluiu dizendo que não estava disposto a contribuir para uma reunião desta natureza, pelo que se ausentaria se o Sr. Presidente insistisse em colocar à votação o documento que apresentou no início da mesma. Porque entende que esta não é uma forma séria de fazer política. O Sr. Presidente, se pretende demonstrar o seu descontentamento, deverá fazê-lo politicamente e não fazendo aprovar documentos na Câmara Municipal só porque tem uma maioria confortável, quando ainda não conhece quer o PRACE, quer a sua extensão. O que parece evidente é que se está na presença duma Câmara Municipal que está a caminhar para o final do seu mandato sem obra, com problemas internos evidente e que apenas se limita a projectar e a potenciar a sua própria incapacidade para o Governo.

O **Sr. Presidente** disse que considerava importante clarificar, de uma vez por todas, algumas das afirmações proferidas pelo Sr. Vereador Victor Baptista. Assim, começou por realçar que a publicidade da Câmara Municipal nos jornais locais diminuiu de uma forma extraordinária relativamente a mandatos anteriores, portanto não faz sentido o Sr. Vereador continuar a insistir na ideia contrária. Por outro lado, esclareceu que esta reunião foi marcada com o intuito de se chegar, nesta Câmara Municipal, a um consenso sobre esta matéria e a um entendimento relativamente ao PNPOT, de forma a que se elaborasse um documento escrito onde ficasse devidamente clara a posição da Câmara Municipal, independentemente da posição assumida pelos Partidos. Afirmou, também, que o que pretende deste Governo é precisamente o mesmo que exigiu a governos anteriores: que não enganem a Câmara Municipal e os munícipes do concelho de Coimbra. Tem a consciência de que muitos dos problemas que foi conseguindo resolver, quer com o actual Governo, quer com Governos anteriores, se ficou a dever à persistência com que encarou muitas das questões e graças ao facto de nunca ter baixado os braços e se ter deixado amedrontar pelo Poder Central. O que está agora a acontecer, quer relativamente ao PRACE, quer relativamente ao PNPOT, é que apesar de não se conhecer o teor de cada um destes documentos, o que se vai conhecendo, por incrível que pareça, é a respectiva aplicação prática. E esse é, no seu entender, o grande problema, é que não se sabe o que vai acontecer, mas sabe-se o que vai acontecendo. E o que está a acontecer é que, na verdade, há vários métodos de fazer crescer o País, sendo que este que está a ser aplicado, e que passa pelo crescimento exclusivo de 2 grandes áreas metropolitanas, ficando o resto do País na sombra, não é o método preconizado e defendido pela Câmara Municipal de Coimbra. A este propósito, lembrou as palavras do Sr. Secretário de Estado, que afirmou que o Distrito de Coimbra é das áreas que tem menor aplicação do Plano Rodoviário Nacional – 40% – e isso é inadmissível, afirmou o Sr. Secretário de Estado e concordou o Sr. Presidente. Quanto à questão da falta das empresas no concelho de Coimbra, é bom que se tenha a noção de que a Câmara Municipal de Coimbra tinha uma área empresarial de 17 hectares, sendo que este ano já foram expropriados 45 hectares e serão expropriados mais 60. Evidentemente que as empresas se fixam onde existem espaços capazes e devidamente infra-estruturados. Evidentemente que sem espaços condignos não existem investidores que se fixem no concelho. No que diz respeito à reunião de hoje e ao documento que apresentou, o Sr. Presidente frisou que apenas o quis colocar à consideração da Câmara Municipal mas, como é óbvio, cada um é livre de concordar com ele ou não e de o votar ou não. As pessoas têm todo o direito de discutir politicamente aquilo que é discutível politicamente e não é curial ausentarem-se e abandonarem reuniões quando os temas são menos confortáveis ou mais incómodos. Portanto, como é evidente, este documento mantém-se em discussão e será colocado à votação.

O Sr. **Vereador Victor Baptista** e o Sr. Vereador Álvaro Seco ausentaram-se então da reunião, como forma de protesto pelo facto do Sr. Presidente manter o documento em discussão e manifestar a intenção de o colocar à votação, pelo que a reunião ficou sem quórum.

E sendo vinte horas o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta, que foi aprovada na reunião do dia 05/11/2007 e assinada pelo Sr. **Presidente** e por Arménio Ferreira Bernardes, Director Municipal de Administração e Finanças.